

# A violação de direitos humanos na cobertura midiática dispensada a migrantes e refugiados nas costas do Mediterrâneo

---

- La violación de derechos humanos en la cobertura mediática dispensada a migrantes y refugiados en las costas del Mediterráneo
- The violation of human rights in the media coverage of migrants and refugees on the Mediterranean coasts

Rita de Cássia da Cruz Silva<sup>1</sup>

Régis Minvielle<sup>2</sup>

**Resumo:** Diversos novos fluxos migratórios têm se configurado ao redor do globo terrestre, motivados, sobretudo, por condições desumanas de vida, crises ambientais e econômicas, fome e pobreza arraigadas, conflitos e discriminações dos mais variados tipos. O volume de migrações internacionais é grande a ponto de se falar em “crise humanitária”. No entanto, o deslocamento humano sempre esteve no centro da história da humanidade. A novidade é – então – menos o aspecto quantitativo da migração e mais a diversidade das categorias de migrantes: econômicos, expatriados, refugiados, requerentes de asilo indocumentados, trabalhadores transfronteiriços, trabalhadores sazonais, binacionais etc. Muda também a maneira como os países “anfitriões”

---

1 Doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), na área de concentração: Estado, Sociedade e Educação. poetike@gmail.com

2 Doutor em Sociologia pela Universidade Aix-Marseille. Pesquisador do LPED (Laboratoire Population Environnement Développement). minviellergis@yahoo.fr

reagem e atuam em resposta a diversidade desses fluxos em seus territórios. A real “crise humanitária” está muito mais relacionada em como essas populações têm sido tratadas do que em números referentes ao fenômeno de deslocamento. Neste artigo, analisamos como a proliferação de discursos – sobretudo os midiáticos –, marcados pelo senso comum, informações distorcidas e até mesmo pelo preconceito e pela xenofobia, acabam por construir uma imagem coletiva do migrante e do refugiado, a ponto de moldar o comportamento da sociedade em relação ao seu acolhimento e à efetivação de seus direitos essenciais.

**Palavras-chave:** Migrantes. Refugiados. Direitos Humanos. Mídia. Jornalismo.

**Resumen:** Diversos nuevos flujos migratorios se configuran alrededor del globo terrestre, motivados por condiciones deshumanas de vida, crisis ambientales y económicas, hambre y pobreza, conflictos y discriminaciones de los más variados tipos. Es posible, por ejemplo, hablar en “crisis humanitaria” por cuenta del gran volumen de migraciones internacionales. Sin embargo, el desplazamiento humano siempre estuvo en el centro de la historia de la humanidad. La novedad no está en el aspecto cuantitativo de la migración, pero en la diversidad de las categorías de migrantes: económicos, expatriados, refugiados, requirentes de asilo sin documentos, trabajadores transfronterizos, trabajadores temporales, binacionales etc. La manera como los países “anfitriones” reaccionan y actúan en respuesta a la diversidad de esos flujos en sus territorios también cambió. La real “crisis humanitaria” está mucho más relacionada al tratamiento ofrecido a esas poblaciones que a los números referentes al fenómeno de desplazamiento. En este artículo, analizamos cómo la proliferación de discursos – sobre todo de los medios de comunicación –, marcados por el senso común, informaciones influenciadas por el prejuicio y por la xenofobia, acaban por destruir un imagen colectiva del migrante y del refugiado, a punto de moldar el comportamiento de la sociedad en relación a la recepción de los migrantes y la efectución de sus derechos esenciales.

**Palabras clave:** Migrantes. Refugiados. Derechos humanos Medios de comunicación, Periodismo.

**Abstract:** Several new migratory flows have been formed around the globe, mainly motivated by inhuman conditions of life, environmental and economic crises, deep-seated hunger and poverty, conflicts and discrimination of the most varied types. The volume of international migration is so large that we know may consider it a “humanitarian crisis”. However, human displacement has always been at the center of human history. The novelty is not the quantitative aspect of migration, but the diversity of migrants categories: economic,

expatriate, refugees, undocumented asylum seekers, cross-border workers, seasonal workers, binational, etc. It also changes the way host countries react and act in response to the diversity of these flows in their territories. This “humanitarian crisis” is much more related to how these populations have been treated than to the numbers concerning the displacement phenomenon. In this article, we analyze how the proliferation of discourses - especially the mediatic ones - marked by common sense, distorted information and even by prejudice and xenophobia, end up by constructing a collective image of the migrant and the refugee, to the point of shaping the behavior of the society in relation to their reception and to the fulfillment of their essential rights.

**Keywords:** Migrants. Refugees. Human rights. Media. Journalism.

## Introdução

O mundo está em movimento. Nos últimos anos, temos testemunhado uma era de mobilidade humana de grandes proporções. Diversos novos fluxos migratórios têm se configurado ao redor do globo terrestre, motivados, sobretudo, por condições desumanas de vida, crises ambientais e econômicas, fome e pobreza arraigadas, conflitos e discriminações dos mais variados tipos. São seres humanos que tentam se valer da garantia proclamada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de que toda pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, da mesma forma que lhe é garantida a possibilidade de regressar ao seu local de origem.

Entre os deslocados, aqueles que saem de seu território mediante grave ameaça ou risco de morte – por motivos de guerra ou perseguição relacionados à sua raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, conflitos armados, violência generalizada e violação dos direitos humanos – são chamados também de refugiados; os “outros”, que migram por diversos fatores, entre eles a busca de melhores condições de vida, são denominados “apenas” de migrantes (ainda que distribuídos em muitas categorias).

Atualmente, o volume das migrações internacionais – nas quais figuram migrantes e refugiados – é grande a ponto de se falar em “crise humanitária” em algumas partes do planeta. No entanto – embora os números sejam realmente de grandes proporções –, o deslocamento humano sempre esteve no centro da história da humanidade.

Em 2016, segundo dados do *Relatório Global Trends* do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2017), 65,6 milhões de pessoas se deslocaram à força no mundo. Da mesma forma, a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2015), também agência da ONU, estimava que, em 2015, o número de migrantes internacionais alcançou a marca

de 244 milhões. Segundo seu relatório *International Migration Flows to and From Selected Countries: The 2015 Revision* (OIM, 2015), o número de migrantes internacionais aumentou mais rápido que o crescimento da população. Com isso, a quantidade de migrantes totalizava 3,3% da população global em 2015, enquanto em 2000 somava 2,8%. No entanto, no início do século XX, considerando a proporção populacional, 5% da humanidade estava envolvida em processos de migração internacional. Doze milhões de europeus, principalmente espanhóis, portugueses e italianos, se estabeleceram na América Latina entre 1810 e 1950.

A novidade é – então – menos o aspecto quantitativo da migração e mais a diversidade das categorias de migrantes: econômicos, expatriados, refugiados, requerentes de asilo indocumentados, trabalhadores transfronteiriços, trabalhadores sazonais, binacionais etc. Muda também a maneira como os países “anfitriões” reagem e atuam em resposta a diversidade desses fluxos em seus territórios. A “crise humanitária” – real – está muito mais relacionada em como essas populações têm sido tratadas que em números referentes ao fenômeno de deslocamento.

Em meio à questão complexa dos novos fluxos migratórios, temos acompanhado a proliferação de discursos – políticos, sociais e midiáticos – que, marcados pelo senso comum, informações distorcidas e até mesmo pelo preconceito e pela xenofobia, acabam por construir uma imagem coletiva do migrante e do refugiado, capaz de moldar o comportamento da sociedade em relação ao seu acolhimento e à efetivação de seus direitos essenciais. Não é preciso reproduzir aqui a extensa lista de Estatutos, Pactos, Tratados e Protocolos internacionais que preconizam o refugiado – e também os denominados “apenas” migrantes – como sujeitos de direitos. No entanto, todos esses mecanismos – juntamente com os dispositivos legais dos Estados mais envolvidos com a questão migratória – não têm sido suficiente para a garantia de direitos dessa população, especialmente quando a cobertura midiática sobre o assunto ainda é feita, em geral, de maneira inadequada.

A retórica em torno da expressão “crise migratória”, amplamente difundida na Europa, é um exemplo de como as informações podem carregar distorções. Para exemplificar a questão, podemos observar que, em 2016, dos 65 milhões de deslocados à força, apenas 17% estavam hospedados em um país do Hemisfério Norte, e, mais especificamente, na Europa. A maioria dos refugiados costuma se instalar em um país que faz fronteira com o seu. É o caso dos sírios, que, em agosto de 2015, totalizavam 4,41 milhões de refugiados, encontrados principalmente na Turquia (1,9 milhões), no Líbano (1,1 milhão – o que significa um refugiado a cada quatro habitantes), na Jordânia (629 mil), no Iraque (249 mil) e no Egito (132 mil). Em comparação, havia “ape-

nas” 348 mil sírios em todo o restante da Europa. Não obstante, os governos e a mídia da Europa não hesitam nem cansam de usar termos que descrevem o fenômeno como uma *invasão*.

No campo das atitudes concretas de acolhimento e garantia de direitos, os governos e a sociedade têm, muitas vezes, sido condicionados por essas construções narrativas; expressões como “limite de tolerância” e “risco migratório” vêm aparecendo no vocabulário político para justificar atitudes geralmente contrárias à migração.

Entre 2016 e 2017, lemos ou ouvimos notícias, quase que diariamente, que fazem coro com a “retórica dos fluídos” e com a tese da “invasão” dos migrantes e refugiados na Europa, nos remetendo a termos como “ondas”, “torneira”, “válvula”, “tsunami” ou “maré migratória”. Todos esses termos, evidentemente, insistem na ideia de afluxo populacional contínuo e intermitente. O termo “onda”, inclusive, é uma metáfora relacionada diretamente ao movimento constante e ininterrupto que, literalmente, vem para inundar a costa europeia do Mediterrâneo.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo apresentar – e, na medida do possível, compreender – as abordagens jornalísticas que são capazes de pautar o discurso público sobre as questões migratórias em diferentes contextos. Embora a questão mereça aprofundamento em âmbito global, nossas análises – e os resultados alcançados a partir delas – privilegiam especialmente o contexto europeu.

Argumentamos aqui no sentido de demonstrar que, em grande parte dos casos, a mídia europeia é utilizada para a reprodução de discursos criminalizadores da migração e dos seus sujeitos, apresentando notícias e reportagens com uma visão alarmista e xenófoba, contribuindo substancialmente na formação da opinião pública, moldando, orientando a discussão, interpretando os fatos, elegendo as informações e, conseqüentemente, apresentando vieses para a interpretação.

Assim – pautado fortemente nas conclusões do estudo *How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?*, realizado pela Ethical Journalism Network, no âmbito da EUROMED Migration IV, e implementado pelo International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)<sup>3</sup> –, este artigo apresenta algumas reflexões sobre a cobertura midiática europeia dispendida à questão da migração nas costas sul e norte do Mediterrâneo, onde, nos últimos anos, têm se instalado um ambiente policialesco para o tratamento de questões que são essencialmente humanitárias.

Nos últimos anos, no Mediterrâneo, a questão da migração tem sido o

---

3 Trabalho publicado em 2017, ainda sem tradução no Brasil.

centro das atenções nos meios de comunicação europeus, norte-africanos e do Oriente Médio. Os conflitos na Síria e na Líbia, juntamente com a instabilidade política e econômica em vários países da Europa, da África Subsaariana e do Oriente Médio resultaram em deslocamentos de migrantes e refugiados na região – fluxos migratórios que são frutos de intensa cobertura midiática.

No estudo que serviu como base para o nosso artigo – *How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?* –, dezesse jornalistas refletiram criticamente sobre como suas respectivas mídias nacionais abordaram o tema da migração às margens do Mediterrâneo.

Para dialogar com as questões trazidas pelo estudo, abordaremos, neste artigo, como a cobertura midiática europeia faz a construção da imagem coletiva dos migrantes e refugiados *nos contextos de partida* e *nos contextos de chegada* – entendidos aqui como o momento em que o migrante ou refugiado ainda está em seu território de origem e como o momento em que ele chega ao território europeu, respectivamente. Para finalizar o trabalho, apresentaremos os relatos de caso da Grécia e da Itália, cujos dados empíricos nos ajudaram a compreender as considerações e argumentos traçados ao longo deste texto.

## 1. Contextos de partida: o retrato midiático dos que saem

Nos últimos anos, nas costas norte e sul do Mediterrâneo, a mídia enfrentou duros testes de profissionalismo na cobertura da questão migratória. Diferentes tipos de discursos políticos e as sucessivas tragédias associadas à migração dominaram as reportagens.

O que se verifica, no entanto, é que – com a exceção de casos específicos e radicais – a construção coletiva da imagem daqueles que *ainda estão em seus territórios* é realizada de maneira menos hostil, ao menos se analisadas em comparação ao tom das notícias dispensadas para caracterizar àqueles que já chegaram, e, em última instância, já estão inseridos em território europeu, sob a pecha de ser o outro.

Nesses casos, ao observarmos o noticiário – como, por exemplo, o *Le Monde Afrique* –, encontramos reportagens que se concentram em retratar a fidelidade dos números (sempre de ‘grandes proporções’), chegando à adoção de um tom de sensibilização em relação aos motivos que obrigam as pessoas a se deslocarem e às péssimas condições em que, normalmente, isso acontece:

Un nouveau drame en Tunisie met en lumière le coût humain d’une émigration clandestine en plein essor vers l’Italie. Au moins 48 migrants se sont noyés dans la soirée du samedi 2 juin au large de Sfax, métropole portuaire du littoral tunisien, à la suite du naufrage d’un chalutier.[...]

Le 8 octobre 2017, un autre drame s'était produit dans la même zone. Un chalutier, avec environ 90 jeunes Tunisiens à son bord, était entré en collision avec le patrouilleur de la marine tunisienne qui l'avait pris en chasse. Une cinquantaine de migrants avaient perdu la vie dans cet accident qui avait soulevé la colère des familles des victimes, la plupart originaires des régions économiquement marginalisées de la Tunisie intérieure.<sup>4</sup> (BOBIN, 2018)

Podemos perceber – ainda que não estejamos fazendo aqui um trabalho de análise do discurso – que as reportagens sobre os contextos de partida de migrantes e refugiados de seus territórios alertam, sobretudo, para os riscos e as dificuldades das travessias clandestinas, na qual milhares de pessoas perdem a vida tentando chegar à Europa; falam da ameaça de cair nas mãos dos traficantes de pessoas ou de “coiotes”<sup>5</sup>, que cobram muito e garantem nada mais que condições precárias e desumanas de travessia; ou falam também da necessidade de ajuda para aqueles que *ainda estão em seus territórios de origem*.

Em geral, a cobertura midiática, nesses casos, reconhece a gravidade dos conflitos que são deflagrados ao redor do mundo, e os refugiados são vistos e retratados como o sujeito que é, de fato, forçado a deixar seu território porque absolutamente não pode confiar nos seus governos nacionais para garantir e proteger seus direitos humanos.

Até mesmo na composição do retrato dos migrantes econômicos – nos contextos de partida –, há uma espécie de entendimento de que a emigração para outro país, muitas vezes, representa uma solução desesperada para aqueles que se encontram em situação generalizada de pobreza, cuja satisfação das necessidades humanas básicas está gravemente ameaçada.

Existe o reconhecimento de que a ameaça da subsistência causada pela miséria revela uma conjuntura forte e legítima o suficiente para também desencadear o deslocamento de migrantes econômicos. Diante disso, alguns veículos reconhecem até mesmo as vantagens de receber e integrar os migrantes econômicos em suas sociedades (ainda que este discurso seja proferido, em sua maioria, quando estas pessoas ainda não estão ocupando as fileiras europeias de assistência humanitária).

---

4 “Uma nova tragédia na Tunísia destaca o preço humano da emigração clandestina em andamento para a Itália. Pelo menos 48 imigrantes morreram afogados na noite de sábado, 2 de junho, em Sfax, uma cidade portuária na costa da Tunísia, após o naufrágio de uma pequena embarcação de pesca.

Em 8 de outubro de 2017, outra tragédia ocorreu na mesma área. Uma pequena embarcação, com cerca de 90 jovens tunisianos a bordo, colidiu com o barco de patrulha da marinha tunisiana que a perseguia. Cerca de 50 migrantes perderam a vida neste acidente, o que enfureceu as famílias das vítimas, a maior parte proveniente das áreas economicamente marginalizadas da Tunísia.”

5 Nos fluxos migratórios, coite é aquele que conduz os imigrantes pelas áreas de fronteira, mediante pagamento.

A questão é que tanto para migrantes quanto para refugiados, o Mediterrâneo é hoje um dos corredores migratórios mais letais do mundo, onde se cruzam rotas com origem na África Subsariana, no Médio Oriente e no Sudeste Asiático, com uma história pregressa de mais de 2000 anos, tendo se configurado como uma encruzilhada de empreendimentos, comércios, civilização e progresso, com pessoas em constante movimento entre as suas costas sul e norte.

A cobertura midiática que se faz dos atores envolvidos nesse complexo emaranhado de histórias inclina-se, inicialmente – ainda nos contextos de partida –, à maior possibilidade de projeção da empatia e da solidariedade para com os migrantes fugindo de zonas de guerra ou vítimas de eventos trágicos e condições de vida adversas. O que percebemos é que com o passar do tempo, no entanto, o tom das notícias tende a se transformar: quando os migrantes e refugiados chegam ao território europeu, a empatia dá lugar ao tom de preocupação, caracterizando quase sempre os novos fluxos migratórios como “um problema a ser resolvido” e não como um fenômeno global multifacetado, com uma variedade de permutações, desafios e oportunidades. Em seguida, o tom pode ser alterado ainda para o alarmismo, a hostilidade, o preconceito, a xenofobia e o repúdio.

Se nos contexto de partida – naqueles momentos que precedem a saída do indivíduo migrante ou refugiado da sua terra –, a cobertura midiática tende a ser mais solidária, isso não implica, contudo, maior esclarecimento sobre o complexo fenômeno dos novos fluxos migratórios nem tampouco a construção de uma imagem coletiva dessa população que facilite a garantia de seus direitos. Isso porque, mesmo que a história seja narrada com foco no sofrimento das pessoas envolvidas, ela ainda insiste em uma lógica binária sobre a identidade desses sujeitos: ou são completas vítimas ou são criminosos. Em última instância podemos afirmar que essa atitude da mídia – ainda que nesse contexto de partida pareça mais dócil – não contribui para a representação dos migrantes e refugiados de forma humanitária.

## **2. A diferença de tratamento midiático entre migrantes econômicos e refugiados**

A diferença de tratamento entre migrantes econômicos e refugiados, existente na cobertura midiática dos novos fluxos migratórios, a nosso ver, deflagra uma situação mais aguda: a tendência do mundo globalizado ao não reconhecimento dos direitos econômicos e sociais como verdadeiros direitos humanos.

Nesse sentido, mesmo sabendo que a natureza jurídica das duas grandes categorias de direitos seja igual (direitos políticos e civis vs. direitos econômicos e sociais), em termos práticos, a comunidade internacional – incluín-



do a imprensa e sua cobertura midiática – persiste em dar mais importância aos primeiros em detrimento dos segundos, “tolerando frequentemente violações perpetradas em relação a estes últimos”, alerta a consultora jurídica Flávia Leda Modell (2000).

Ainda que em contextos de partida a imprensa demonstre mais empatia com o sofrimento humano também daqueles que migram por motivos econômicos, existe uma diferença clara no tratamento entre estes e os refugiados. Os migrantes econômicos – principalmente quando já estão no território do *outro* – são vistos e retratados pelo senso comum como aqueles que vêm para retirar direitos dos nacionais e são dignos de menor consideração e boa-vontade política e social que aqueles que vêm fugidos de conflitos e guerras, como podemos ver no trecho retirado do *Le Monde Afrique*, de 04 de junho de 2018:

Quand leurs exploits ne sont pas filmés, Emmanuel Macron appelle les migrants pauvres comme Mamoudou Gassama ‘migrants économiques’ et affirme ne pas pouvoir les ‘accueillir’ [...] Cette position fait écho à la phrase prononcée, il y a trente ans, par Michel Rocard selon laquelle ‘on ne peut pas accueillir toute la misère du monde’. Depuis lors, le mot ‘misère’ est répété par les responsables politiques sans frémir. Publiquement. Dans tous les médias. Comme si les migrants originaires des pays pauvres ne pouvaient pas entendre ou étaient trop rustres pour se sentir offensés. Comme s’il y avait, d’un côté, ceux qui sont nés pour ‘accueillir’ et, de l’autre, ceux qui sont nés rustres.<sup>6</sup> (DUMITRU, 2018)

Ora, entendemos que diante das crises econômicas provocadas pelo projeto neoliberal, pela mundialização do capital e dos incontáveis flagelados produzidos por estes sistemas produtores de desigualdades sociais, o termo “refugiado” poderia ser estendido aos “migrantes econômicos”, que, indubitavelmente, também fogem de um tipo de violação insidiosa de seus direitos essenciais; entendemos que o sujeito que se desloca – seja ele forçado ou “apenas por conveniência” – deve ser acolhido em qualquer sociedade com respeito, dignidade e ser enquadrado por todos (inclusive pela cobertura midiática) na máxima kantiana de que: “originariamente ninguém tem mais direito do que outro a estar num determinado lugar da Terra.” (KANT, 1988, p. 137)

A existência de uma diferenciação entre migrantes econômicos e refugiados influencia ainda na percepção pública de quem deve ou não ser

---

6 Quando suas atitudes não estão sendo filmadas, Emmanuel Macron chama migrantes pobres de “migrantes econômicos”, tais como Mamoudou Gassama, e diz que não pode “recebê-los”. Esta posição evoca a frase pronunciada trinta anos atrás por Michel Rocard: “não podemos acolher toda a miséria do mundo”. Desde então, a palavra “miséria” vem sendo repetida por políticos sem pudores. Publicamente. Em todas as mídias. Como se os migrantes de países pobres não pudessem ouvir ou fossem muito fortes para se sentir ofendidos. Como se houvesse, por um lado, aqueles que nasceram para “ser acolhidos” e, por outro, aqueles que nasceram para ser provincianos.

tutelado quando do deslocamento de seu local de origem; influencia na percepção de qual “tipo” de humano é merecedor de efetivação (e de violação) de seus direitos.

Para demonstrar como a cobertura midiática europeia não apenas hierarquiza e divide os direitos humanos em categorias, como também é capaz de “misturar” a essa atitude ingredientes como “parcialidade”, “preconceito” e “xenofobia”, apresentamos uma “curiosidade” retirada do estudo *How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?*, sobre a situação da Espanha. Geralmente, “ausentes” ou pouco percebidos pela mídia, os espanhóis têm engrossado cada vez mais o número de migrantes econômicos no mundo. Um estudo publicado em 2013 estimou que cerca de 700.000 espanhóis – a maioria deles jovens e com bom nível de escolaridade – deixaram o país desde 2008, quando a crise foi deflagrada na Espanha. Quando a mídia relata notícias sobre eles, na maior parte das vezes, não os identificam como “migrantes econômicos”, mas, apenas, como “espanhóis que vivem no exterior.” (ETHICAL JOURNALISM NETWORK, p. 63).

### 3. Contextos de chegada: o tratamento dado aos que entram

Passamos agora à análise do comportamento da mídia ao fazer a cobertura do fenômeno migratório global nos contextos de chegada – definido neste trabalho como o momento em que esses sujeitos *saem de seus locais de origem e chegam ao território europeu*.

É inquestionável que a imprensa conta muitas e diversificadas histórias sobre os acontecimentos ao redor do Mediterrâneo. Mas, o que nos chama a atenção, primeiramente, é que essas coberturas midiáticas, em geral, parecem perder de vista a subjetividade dos migrantes, não lhes dando voz para construir suas próprias identidades. Segundo Denise Cogo (2002), essa negação de espaço para migrantes e refugiados faz parte da lógica de operações discursivas e de enunciação para apagar a presença da interculturalidade e das dinâmicas identitárias desses sujeitos.

Considerando que os migrantes e refugiados *já estão* no território, essa seria uma medida bastante eficaz para evitar construções equivocadas de imagens coletivas. Um dos resultados do estudo *How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?* está relacionado justamente com esta questão: a maioria dos países europeus e seus meios de comunicação social não conseguem dar espaço adequado aos próprios migrantes quando estes chegam em seus territórios, optando quase sempre pelos “dados oficiais”, provenientes de uma única (e nem sempre confiável) fonte de informação. Dessa forma, a imagem de migrantes e refugiados vai sendo

construída completamente apartada de suas próprias narrativas.

Embora haja uma pluralização de atores e posicionamentos institucionais, o migrante não recebe a chancela de narrar sua própria história nos meios de comunicação. Denise Cogo (2002) observa ainda que a pluralização de vozes não corresponde, necessariamente, à pluralização de fontes, mas, ao contrário, corresponde a um “predomínio das chamadas fontes oficiais no tratamento dado às migrações pelos jornais, em detrimento do resgate das vozes e das experiências protagonizadas pelos atores sociais no “mundo vivido” das migrações.” (p. 9)

Dessa forma, com a responsabilidade de (in)formar a opinião pública e até mesmo de modificar o cenário e o destino desses sujeitos, a mídia segue, nos contextos de chegada, dois caminhos narrativos: 1) reportagens altamente carregadas de carga emocional sobre a situação dos migrantes que chegam, focalizando em eventos trágicos (e contribuindo para a construção da imagem única de vítima desses sujeitos); 2) notícias alarmistas, com números exacerbados, dados estatísticos e denúncia da ameaça potencial que os migrantes representam para a segurança, o bem-estar e a posição cultural das comunidades anfitriãs (contribuindo para a construção da imagem de clandestinidade ou de criminalização desses sujeitos).

Nomeados, muitas vezes, como ilegais, clandestinos, irregulares e deportados, os migrantes são alvos de uma semantização negativa e “policialista”, que evoca a intolerância, a violência, o desemprego, o isolamento, o preconceito, a pobreza, a condenação, a fiscalização, a punição ou, até mesmo, a detenção, afirma Cogo (2002). As matérias jornalísticas que retratam esses sujeitos, já no território europeu, em geral, dão ênfase ao medo do *outro*, isso quando não o criminalizam expressamente.

Se nos contextos de partida a mídia parece mais empática, reconhecendo os percalços que levam os migrantes ao deslocamento, nos contextos de chegada – como já expusemos aqui –, as narrativas, de fato, se diversificam. Uma hipótese para a mudança no tratamento está no fato de que a “ameaça do outro”, que estava distante, no plano volátil das possibilidades, torna-se realidade concreta no território e o tratamento midiático se vê no papel de absorver e retransmitir conteúdos que também reflitam as ideologias dos governos e dos nacionais daquele país.

Em muitos casos, a linguagem das reportagens vem acompanhada por um discurso de ódio e por terminologias incorretas para descrever migrantes, refugiados, pessoas deslocadas etc. Esse tipo de construção do texto – sempre coadunando com as chamadas “fontes oficiais” – parece desconhecer que, do ponto de vista dos Direitos Humanos, todo cidadão tem o direito de deixar seu local de origem e a ele retornar (ou seja, o direito à livre circulação), sem

ser classificado como “irregular”, “ilegal” e “clandestino”.

Ao que parece, a imprensa, nos contextos de chegada de migrantes e refugiados, ainda precisa refletir sobre suas escolhas semânticas – como a constante utilização do termo “terrorismo” ou a da expressão “jihadista”, que é um termo utilizado para generalizar os terroristas. Essas terminologias comprometem e “contaminam” a construção da imagem coletiva desses sujeitos, sem, contudo, contribuir para o esclarecimento real dos termos.

Nesse sentido – e de acordo com Denise Cogo – podemos observar também que a “etnização” ou “racialização” das dinâmicas migratórias (“eles são muçulmanos”, “eles são africanos”, “ele são curdos” etc.)

[...] pressupõe não apenas certa homogeneidade, por parte das mídias, nas representações da migração, mas sugere um esvaziamento do pluralismo cultural que marca as trajetórias dos migrantes, do mesmo modo que favorece o apagamento ou diluição de outras posições identitárias como as de classe, gênero, idade, religiosidade etc., que compõem e dinamizam essas trajetórias (2002, p. 6).

Ao se concentrarem em questões raciais ou apenas na representação dialética da *tragédia e do sofrimento humano x a ameaça e o tratamento policiais*, os meios de comunicação perdem a oportunidade de aprofundar o debate, provocar os governos e propor em nível amplo e massivo as soluções mais sustentáveis para a questão migratória.

Segundo comunicação da UNESCO (2016), a situação de prevalência de informações incorretas, imprecisas e estigmatizantes tornam os desafios da migração ainda mais difíceis de serem solucionados – em quaisquer territórios. Nos melhores casos, a mídia concentra sua cobertura em refugiados como vítimas e foca nas implicações humanitárias. No pior dos casos, foca-se numa ameaça imaginária de um fluxo intermitente de estrangeiros. Falta quase que completamente nessas coberturas as múltiplas vantagens para os países que acolhem migrantes e refugiados.

Nos contextos de chegada, as notícias acabam se concentrando no binômio de que o migrante é um “terrorista em potencial” ou é “uma vítima completa”, sem nem mesmo a capacidade e o direito de narrar sua história e dar contornos à sua própria identidade.

Dessa forma, as sociedades de acolhimento (ou mesmo aquelas conhecidas como “corredor de passagem”) desperdiçam a janela de oportunidade para o debate sobre as vantagens reais da migração internacional (seja aquela feita por migrantes econômicos, seja por refugiados), tais como o enriquecimento cultural a partir da diversidade introduzida no território e o desenvolvimento econômico tanto local quanto para as sociedades de origem.

O que temos visto, no entanto, é que diante da chegada desses sujeitos

no território, a imprensa ainda prefere se concentrar em temas que possam ser “consumidos” rapidamente pela massa, mesmo que para isso as reportagens sejam, quase sempre, confeccionadas a partir de abordagens simplistas – que ocorre também por conta da velocidade com que essas informações circulam.

De acordo com o estudo *How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?*, a cobertura midiática é frequentemente influenciada pelas mídias e redes sociais, que estimulam a “pressa em publicar”, resultando em trabalhos superficiais, pautados no senso comum e, regularmente, contribuindo para a disseminação de boatos e especulações.

Por esse motivo, a cobertura midiática sobre migração e refúgio tem sido cada vez mais objeto de análises no cenário dos novos fluxos migratórios, tal como no estudo *How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?*, que nos ajudou sobremaneira a trazer à tona algumas questões importantes para este artigo, ainda que de forma preambular.

Para concluir a reflexão sobre a cobertura da mídia nos contextos de chegada – ainda que ela seja mais “desfavorável” que nos contextos de partida, frequentemente estigmatizando o migrante –, em muitos países europeus a temperatura política tem arrefecido à medida que o número de migrantes em movimento em seu território tem diminuído.

Com os ânimos mais calmos, existem movimentos, em todos os lugares, de “desintoxicação” do discurso da mídia. Nossa esperança é a de que este movimento perdure não apenas em reação ao tratamento adequado da questão, mas também no reconhecimento público e coletivo de migrantes e refugiados como sujeitos de direito – seja em contextos de partida, seja em contextos de chegada.

#### 4. Relatos de casos: Grécia e Itália<sup>7</sup>

Para exemplificar o que temos discutido ao longo deste artigo, escolhemos como relato de caso abordar brevemente a cobertura midiática dispensada para a questão da migração realizada nos meios de comunicação da Grécia e da Itália, dois dos países mediterrâneos mais impactados pelo fenômeno.

Antes, contudo, é preciso destacar que estas rotas são compostas por grupos distintos de migrantes. No caso da Grécia, por exemplo, os que chegaram – principalmente em 2016 – vieram, fundamentalmente, da Síria, do Afeganistão, do Iraque, do Paquistão e do Irã. Ou seja, temos um fluxo composto maioritariamente por migrantes de países em conflito do Oriente Médio e do

---

7 Este item do artigo é baseado nas informações fornecidas pelo jornalista grego Nikos Megrelis para o estudo “How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?”. Vide MEGRELIS, 2017

Sudeste Asiático. Já no caso da Itália, os migrantes vêm, sobretudo, da Nigéria, da Gâmbia, do Senegal, da Guiné, da Costa do Marfim, da Somália, do Mali e do Marrocos. Em geral, este fluxo é composto por indivíduos da África Subsaariana, misturados entre migrantes econômicos e indivíduos que fogem de situações de conflito ou perseguição.

A seguir, apresentamos especificamente – a partir das informações retiradas do estudo *How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?* – como os meios de comunicação da Grécia e da Itália têm retratado a questão das migrações.

#### 4.1. Grécia: a dupla visão da mídia

O primeiro fluxo migratório significativo, na história recente, de homens e mulheres para a Grécia, veio das Filipinas, no fim da década de 1980 e início da década de 1990, com a chegada de trabalhadores domésticos, que vinham atender as necessidades da classe média alta de Atenas. Neste caso, a mídia grega, assim como a sociedade em geral, “não notou” sua presença. Mesmo que chegando em número elevado, eles não eram mencionados como um problema, pois trabalhavam nas casas das pessoas durante seis dias por semana e viviam afastados dos gregos nos dias de folga. Raramente, eles eram vistos em lugares públicos e nunca foram integrados, de fato, à sociedade grega. Dessa forma, também não incomodavam a polícia ou as autoridades e, por sua vez, não sofriam discriminação generalizada ou comentários racistas nos meios de comunicação em massa do país.

A mesma coisa não aconteceu com o outro fluxo migratório significativo que a Grécia recebeu de países vizinhos no início da década de 1990, com a Bulgária, a Romênia e, mais especificamente, da Albânia. Diante da situação de crise deste último país, houve um influxo de mais de dois milhões de albaneses que chegaram à Grécia por todos os meios possíveis em busca de uma vida melhor. A ausência de qualquer preparação adequada por parte das autoridades gregas para lidar com um número tão grande de pessoas criou o cenário perfeito para uma reação pública midiática extremamente negativa.

Após alguns incidentes pontuais envolvendo albaneses, foi desencadeada uma reação da mídia, na qual os estereótipos racistas foram frequentemente usados em relação aos recém-chegados. Centenas de histórias na mídia focavam na “onda de crimes” atribuída à “máfia albanesa”, embora nunca tenha sido provado por meio de dados ou evidências oficiais que eles foram responsáveis pelo aumento da criminalidade na Grécia daquela época.

Os noticiários da televisão transmitiam continuamente histórias sensacionalistas, com imagens em tempo real da fronteira greco-albanesa, mostrando

sempre cidadãos aterrorizados, com armas na mão, preparados para lidar com os “bandidos” albaneses.

Mais tarde, pesquisas realizadas com comerciantes gregos vítimas de ataques apontaram que os estrangeiros estavam apenas em terceiro lugar na lista dos principais criminosos, desmistificando a ideia de que os migrantes eram os principais culpados dos crimes contra a propriedade e contra as pessoas.

Na verdade, o que aconteceu foi que mídia grega, com sua cobertura alarmista e imparcial – vide a comparação com o caso dos filipinos – contribuiu para a construção da imagem coletiva do migrante albanês criminoso. Na época, essa tendência xenófoba da mídia grega começou a ser contestada por alguns jornalistas e, aos poucos, os editoriais passaram a ser mais cuidadosos na representação da população albanesa em território grego. Isto levou a um abrandamento da discriminação no discurso público e contribuiu para ajudar a estabelecer um acordo permanente que garantiu a inclusão de quase um milhão de albaneses na sociedade grega ao longo dos anos.

Cortando a história para o ano de 2015, temos outro momento importante para a Grécia com relação à questão migratória. Nesse ano, marcado pelo afluxo de refugiados em grande escala, e desencadeando aquilo que a imprensa europeia chama constantemente de “crise humanitária”, a Grécia se viu como porta de entrada de cerca 900 mil refugiados, que chegavam, principalmente, às ilhas de Lesbos, Chios, Samos e Kos.

O pano de fundo da cobertura midiática desses eventos deixou os migrantes e refugiados sujeitos a perfis e identidades construídos pelas informações que eram veiculadas a seu respeito nos meios de comunicação gregos e que, de forma aberta ou implícita, envolviam estereótipos racistas.

O estilo da cobertura da mídia foi fortemente influenciado pelas atividades do “Aurora Dourada”, um partido neonazista que chegou a organizar ataques contra migrantes à maneira das antigas tropas de choque nazistas. Um ataque pontual, no entanto, acabou por gerar um sentimento de simpatia pelas vítimas, tanto da mídia quanto da sociedade. Mesmo assim, as referências aos migrantes e refugiados como “culpados” pelo comércio ilegal de rua ou pela residência e fixação sem permissão continuaram aparecendo nas manchetes de jornais.

George Pleios, professor da National Kapodistrian University of Athens, afirmou que naquele momento, no verão de 2015, a cobertura da mídia grega não hesitou em repetir os estereótipos do passado. Os refugiados foram frequentemente referidos e rotulados como “imigrantes ilegais” e a sua chegada foi classificada como “tsunami”. Para o professor, houve um momento de completa indiferença sobre o fato de que essas pessoas eram sujeitos de direitos que precisavam tê-los efetivados. (MEGRELIS, 2017).

Segundo Pleios (in MEGRELIS, 2017, p. 36), “os meios de comunicação, de fato, espalharam o medo de que a chegada de refugiados causasse problemas à saúde pública e à economia local, ao turismo; que a segurança nacional pudesse ser ameaçada, com a perda de território para a Turquia”.

Como o número de refugiado chegando às ilhas era cada vez maior e havia uma total ausência de preparação do Estado grego, isso criou condições para que essas pessoas se estabelecessem miseravelmente nas ruas, nas praças e em outros espaços abertos, provocando diversos tumultos. A maioria dos meios de comunicação cobriu esses conflitos como ameaças à ordem pública. Apenas a mídia de caráter oposicionista falou sobre a incompetência do governo de lidar com a questão.

A partir de setembro de 2015, no entanto, começa uma mudança no tom utilizado pelos meios de comunicação gregos. Inicia-se um período caracterizado por uma mídia que faz uso de uma terminologia menos racista. Esse redirecionamento na abordagem surgiu, em grande parte, porque o drama dos refugiados que chegavam às ilhas gregas tornou-se uma história global de grandes proporções, com milhares de jornalistas do mundo inteiro transmitindo reportagens chocantes, com imagens em tempo real sobre a chegada e o resgate de pessoas desesperadas.

Histórias dramáticas começaram a circular pelo mundo, sobretudo pelas redes sociais. Fotos de corpos afogados nas praias, e, em especial, do menino sírio Aylan Kurdi, trouxeram para o debate midiático a questão humanitária da migração, colocando em segundo plano a retórica do racismo.

A mídia começava a reconhecer que aquelas pessoas, em sua maioria, eram indivíduos fugindo de uma guerra civil prolongada, vítimas dos crimes perpetrados pelo ISIS e da destruição de Aleppo. Esses elementos se tornaram importantes na cobertura midiática, que começou a destacar a necessidade de humanidade e solidariedade por parte dos governos – esse fato contribuiu sobremaneira para o entendimento sobre os motivos que faziam os sírios deixar seu país.

Os jornais passaram a retratar os sírios como famílias – dando ênfase para as crianças pequenas – que, em sua maioria, eram compostas por pessoas altamente “educadas”. O “amolecimento” da cobertura midiática grega foi reforçado quando deu espaço para as falas dos próprios refugiados. Estes, por sua vez, em suas entrevistas, deixavam claro que estavam de passagem; para eles, a Grécia era um país de trânsito e seus destinos finais estavam ao norte da Europa, sobretudo na Alemanha.

Nesse sentido, a publicação de uma foto da chanceler alemã Angela Merkel com crianças refugiadas desempenhou um papel igualmente importante. A imagem foi extensivamente reproduzida na mídia grega e reforçou



a ideia de que a Alemanha, de fato, receberia os refugiados, retirando-os da Grécia. Nesse momento, o quadro geral da cobertura da mídia na Grécia foi de “apoio humanitário” e de “acolhimento dos refugiados fugindo das zonas de guerra”, ainda que imbuídos pelo sentimento – nada nobre – de que aquele seria um “problema” temporário a ser enfrentado pela Grécia e aquelas pessoas não permaneceriam ali.

A partir de março de 2016, o fluxo de refugiados que chegavam à Grécia teve uma queda considerável, sobretudo por conta do acordo realizado entre a União Europeia e a Turquia<sup>8</sup> e o fechamento das fronteiras dos países dos Balcãs, o que levou milhares de pessoas a passar meses em condições miseráveis no campo de Idomeni. Originalmente, o campo foi aberto para receber, no máximo, 2.500 pessoas em sua viagem para outros países da Europa, mas chegou a abrigar neste momento mais de 12 mil pessoas – principalmente sírios, iraquianos, iranianos e pessoas procedentes do Magreb.

O sofrimento e a angústia dessas pessoas e seus esforços desesperados para atravessar as fronteiras (que foram totalmente fechadas); sua exploração nas mãos de traficantes de pessoas, bem como a quase total ausência de apoio por parte do Estado grego, tornou-se um tema de atenção da mídia internacional e a cobertura da mídia grega neste momento mudou novamente de tom. Foi adotado mais uma vez um caráter mais hostil, sobretudo por conta dos esforços que o governo grego teria de realizar para transferir essas pessoas para outras áreas dentro do país, com níveis mínimos de organização.

Kostis Papaioannout, o ex-Secretário Geral para a Política de Migração da Grécia, que renunciou justamente por estar em desacordo sobre as ações praticadas pelo governo, afirmou que “Idomeni foi o ponto crítico da questão”. Para a mídia, novamente, eles não eram vistos como pessoas pobres e miseráveis, tentando resolver um problema de trânsito, mas sim como permanentes, apresentando riscos e ameaças às condições de vida dos locais e do país como um todo. (MEGRELIS, 2017)

Podemos concluir que, nos últimos dois anos, a mídia grega oscilou entre a capacidade de profissionalismo e humanidade e a capacidade de dividir a opinião pública e prejudicar o acolhimento humanitário e a afetivação de direitos desses sujeitos que compõem o quadro dos novos fluxos migratórios.

Segundo o jornalista grego Nikos Megrelis, desde março de 2016, a mídia grega começa a assumir que a questão dos refugiados é um dilema permanente e não uma questão de pessoas em trânsito – o que, de fato, parece ser mais produtivo para estabelecer novas políticas migratórias. No entanto,

---

8 Acordo firmado entre a União Europeia e a Turquia, em março de 2016, no qual foi previsto que todos os migrantes que entrassem ilegalmente na Grécia, por meio do território turco, seriam devolvidos à Turquia. Além disso, segundo o acordo, por cada sírio que fosse devolvido à Turquia, outro seria admitido na UE.

ainda não o faz do ponto de vista humanitário. O tom permanece ambíguo: há quase uma ausência total de reportagens sobre como garantir os direitos básicos dos refugiados, ajudando-os a ter uma vida normal com acesso a empregos, moradia, educação e atividades culturais.

#### 4.2. Itália: a cobertura midiática que ainda não conta a história completa<sup>9</sup>

Observando a emergência da migração internacional por meio dos “olhos da mídia italiana”, sobretudo em relação ao ano de 2016, o tom das informações de todos os principais meios de comunicação (imprensa, televisão e mídia social) foi mais útil ao discurso político que propriamente à compreensão do fenômeno global e ao entendimento dos refugiados e migrantes como sujeitos de direito.

É evidente que a pressão da migração na Europa não foi uniforme para todos os países e isso determinou respostas diferentes em termos de opinião pública. A Itália, assim como a Grécia, sempre teve de lidar com o fato de ser um ponto estratégico para a migração no Mediterrâneo. Mas, de acordo com a jornalista italiana Anna Maserà, embora a percepção difundida e generalizada seja a de que as portas marítimas italianas favorecem um processo de migração descontrolado, as rotas por terra apresentam números equilibrados em relação à entrada por mar. Segundo a Frontex<sup>10</sup> (MASERA, 2017), o número de migrantes que chegaram à Itália por rotas marítimas de janeiro a novembro de 2016 foi de 173.055, em comparação com os 122.557 que entraram na Europa por terra no mesmo período de tempo.

Diferentemente da Grécia, a cobertura da mídia na Itália sobre a história e o desenrolar da migração possui uma espécie de regulador ético e moral. Isso porque o país é a “casa” do “Protocollo deontologico concernente richiedenti asilo, rifugiati, vittime della tratta e migrante”, mais conhecido como a Carta di Roma<sup>11</sup>, um documento que propiciou a criação de grupos de monitoramento especializado em mídia da Europa, que combate o racismo e a xenofobia.

A Carta di Roma surgiu em 2008 após um escândalo, quando os meios

9 Este item do artigo é baseado nas informações fornecidas pela jornalista italiana Anna Maserà para o estudo “How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?”. Vide MASERA, 2017.

10 Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (um organismo da União Europeia)

11 Disponível em: <<http://www.ordinegiornalisti.veneto.it/files/normativa/deontologia/protocollo%20deontologico%20richiedenti%20asilo.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2018. Para mais informações sobre o documento e monitoramento das ações, recomendamos acesso ao site da Organização Carta di Roma, disponível em: <<https://www.cartadiroma.org/>>. Acesso em: 8 out. 2018.

de comunicação passaram a “demonizar” um tunisiano que foi ligado a um caso de homicídio. Grande parte da imprensa italiana “correu” para um julgamento apressado, quando Raffaella Castagna e seu filho de dois anos, sua mãe e um amigo foram encontrados mortos a facadas. Os jornais associaram rapidamente o crime bárbaro ao marido tunisiano de Castagna, que já havia cumprido pena por delitos relacionados ao uso de drogas, ainda que na época dos assassinatos ele estivesse na Tunísia. Ao final da investigação, a polícia prendeu dois vizinhos de Raffaella Castagna sob a acusação de assassiná-la e aos outros três, aparentemente, devido a uma briga causada por barulho.

Muitos jornalistas ficaram chocados com o fato de que, uma vez que a verdade veio à tona, nenhum dos principais meios de comunicação pediu desculpas pela sua cobertura irresponsável. Esse fato levou líderes de jornalismo na Itália – o Conselho Nacional da Associação de Jornalistas (Consiglio Nazionale dell’Ordine dei Giornalisti, CNOG) e a Federação Nacional de Imprensa da Itália (Federazione Nazionale della Stampa Italiana, FNSI) –, juntamente com proprietários dos meios de comunicação, acadêmicos e especialistas em políticas, à preparação de um código de conduta para combater a má informação sobre questões de migração e refúgio.

O ACNUR, em 2008, enviou uma carta aos editores-chefe dos principais meios de comunicação, condenando seu comportamento e relatando fortes e “inesperadas” evidências de sentimentos xenófobos, assim como um aparato midiático pronto para atuar como um sistema que criminaliza e atrapalha a efetivação de direitos dos migrantes e refugiados, provocando hostilidade e intolerância.

O protesto da agência da ONU abriu um diálogo sobre a cobertura da mídia e promoveu a confecção da “Carta di Roma”, que foca no código de conduta que os jornalistas devem observar para a realização de reportagens sobre os candidatos a refúgio, refugiados, vítimas de tráfico e migrantes; um documento confeccionado com o objetivo de sensibilizar os profissionais dos meios de comunicação sobre a necessidade de uma cobertura plural.

Nesse sentido, a cobertura da mídia italiana sobre a questão migratória já estava exortada à responsabilidade, à tolerância e ao tratamento humanitário das questões que afetam esses sujeitos de direitos.

Analisando as principais recomendações da Carta di Roma, encontramos preocupações como o uso de linguagem apropriada – mantendo o foco nos fatos – e o compromisso de evitar termos que “inflamem” a situação e de divulgar informações imprecisas, simplificadas e distorcidas. Além disso, a Carta preconiza a proteção da identidade dos requerentes de asilo, refugiados ou vítimas de tráfico e migrantes que optem por dar entrevistas e o uso de fontes confiáveis.

Desde então – os jornais italianos comprometidos com o documen-

to – passaram a trabalhar no sentido de evitar o tom alarmista, visto como contraproducente para o propósito de um debate sobre a integração de migrantes e refugiados. De acordo com Anna Maserà, o uso de palavras como “irregulares” ou “clandestinos” estimula o ódio racial; a mídia deve parar de ver a migração apenas em termos negativos e dramáticos. (MASERA, 2017)

Em colaboração com o ACNUR, os jornalistas italianos criaram ainda o Observatório da Carta di Roma, que atualmente trabalha com universidades, institutos de pesquisa e outros grupos para monitorar a cobertura midiática e garantir que diferentes meios de comunicação estejam fazendo um trabalho responsável ao lidar com questões de discriminação, xenofobia e intolerância. No entanto, mesmo com todo esse esforço da imprensa italiana, que já vinha sendo feito antes mesmo de deflagrar os momentos críticos recentes da Itália em relação ao Mediterrâneo, como o caso de Lampedusa, houve diversas situações de descumprimento das recomendações da Carta di Roma.

Em 2017, uma pesquisa conduzida pelo Observatório sobre alguns dos principais jornais da Itália (La Stampa, Avvenire, Repubblica, Corriere della Sera, Il Giornale e L'Unità) evidenciou que embora haja continuidade no tratamento do fenômeno – dado que houve apenas doze dias sem nenhuma manchete sobre migrações –, há ainda a prevalência de alguns tópicos que provocam ansiedade, especialmente aqueles que fazem a marcação explícita da diferença entre “nós” e “eles”.

Mesmo com alívio significativo do tom alarmista, ainda persiste o problema da associação de migrantes com terrorismo, criminalidade e insegurança. “Curiosamente”, a pesquisa do Observatório da Carta di Roma destacou que os desembarques marítimos não eram mais tão centrais para a mídia quanto à questão da proteção das fronteiras. Mas, no entanto, ficou claro que a percepção de insegurança ou ameaça por parte dos cidadãos não está relacionada com a alta exposição ao fenômeno da migração e da chegada em massa dos refugiados e migrantes no território – nem com a questão fronteiriça –, mas com a maneira sensacionalista com que alguns jornais ainda insistem em tratar e associar o terrorismo jihadista, de origem islâmica, com a origem dos deslocados que chegam.

Isso porque – mesmo com a Carta di Roma –, alguns veículos como *Libero e Il Giornale* contribuíram negativamente para a construção da imagem coletiva dos migrantes e refugiados e, conseqüentemente, para seu reconhecimento como sujeitos de direito por parte da população.

A palavra-chave que os jornais italianos de direita *Libero e Il Giornale* usaram para interpretar a questão migratória foi “invasão”. O *Libero* foi particularmente negativo quando seu fundador, Vittorio Feltri, respondeu à carta do Presidente da República, Sergio Mattarella, que questionava a hostilidade

de suas manchetes sensacionalistas:

Lamentamos que o presidente nunca expresse solidariedade para com os pobres italianos que têm de sofrer a invasão de estrangeiros sem que ninguém se preocupe com as suas dificuldades... Eu vivo lado a lado com o povo e conheço os seus sofrimentos, que são agravados pela presença massiva de imigrantes. (MASERA, 2017, p. 48).

*O Il Giornale* – parte do império midiático da família de Silvio Berlusconi – fez, no período, contínuos ataques ao mundo islâmico e aos migrantes, que, frequentemente, foram associados em suas manchetes ao terrorismo e à criminalidade. Seu tom de voz beirou, muitas vezes, a um cenário apocalíptico.

Em conclusão, podemos dizer que enquanto a maioria da imprensa italiana tenta adotar um discurso moderado e responsável para com a imagem dos migrantes e refugiados, existe uma polarização que atinge seu ápice com a cobertura do *Libero* e do *Il Giornale*, que, juntos, fomentam a hostilidade para com essa população entre os italianos. A migração é retratada como uma invasão à custa dos contribuintes, e o sofrimento e o reconhecimento dos direitos fundamentais dos migrantes e refugiados não é levado em consideração em suas linhas editoriais. O discurso midiático do *Libero* e do *Il Giornale* se baseia na criação da tensão e da rivalidade entre italianos e migrantes e refugiados.

A seguir, listamos as duas últimas considerações importantes sobre o relato de caso da cobertura midiática na Itália: 1) em relação aos noticiários televisivos, os migrantes e refugiados são representados com as suas próprias vozes apenas em 3% dos casos. Normalmente, as histórias sobre eles, mesmo quando pautadas em um veículo de imagem, como a TV, são contadas por instituições da sociedade civil ou por organismos internacionais, eliminando quase completamente a autonarrativa daqueles que vivem a migração. 2) Enquanto a mídia, de modo geral (e excluindo-se jornais como o *Libero* e o *Il Giornale*), apresenta tons mais moderados, o racismo, a xenofobia e a intolerância explodem nas redes sociais.

## Considerações finais

A partir da análise que fizemos sobre a cobertura midiática dispensada a migrantes e refugiados – com enfoque dado especialmente ao continente europeu –, o objetivo deste artigo foi o de demonstrar que grande parte dos meios jornalísticos utiliza um viés político, superficial, simplista, mal informado e, muitas vezes, desonesto. O conhecimento limitado e a compreensão apenas “técnica” das questões migratórias entre muitos profissionais de mídia europeia acabam moldando um tipo de cobertura que estigmatiza a imagem do migrante e do refugiado, tanto em seus contextos de partida quanto

de chegada. O tratamento inadequado da questão acaba por influenciar na construção da imagem coletiva desses sujeitos de direito, dificultando, inviabilizando e até mesmo violando suas garantias essenciais.

Ainda existe muito trabalho para que a migração seja retratada pelos meios de comunicação de maneira satisfatória, tanto na Europa quanto no mundo todo. A seguir, listamos alguns resultados e recomendações de melhoria, que embora sejam restritos ao contexto europeu – e que podem se mostrar distintos, caso os estudos e análises sejam efetuadas em outras realidades e sociedades do globo – são primordiais para uma cobertura midiática mais humanizada. Concluímos que é extremamente urgente reportar os fatos a partir de uma abordagem contextualizada.

Nesse sentido, as conclusões do estudo *How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?* apontam que uma das formas de se construir uma visão mais justa e equilibrada da migração na mídia é o esforço em “educar” e “conscientizar” os jornalistas pelo viés dos Direitos Humanos. Narrativas humanizadas contribuem para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda da migração entre o público em geral, além de contribuir também para políticas migratórias mais justas e equilibradas.

As conclusões do estudo realizado pelo *Ethical Journalism Network* defendem ainda que os jornalistas passem a adotar fontes baseadas em fatos que evitam estereótipos e tons raciais; a assegurar a presença de vozes diversas em suas coberturas, particularmente de grupos de migrantes (assentados e recém-chegados), bem como de comunidades anfitriãs; a evitar retransmitir o discurso de ódio e preconceito político, mesmo quando pertencer a outrem; a incentivar as redações a ir além da cobertura da “crise” migratória e passar à cobertura de questões de integração, ajudando na normalização da presença dos migrantes na esfera pública; e a compreender o direito internacional humanitário e os direitos legais dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo antes de circularem informações equivocadas.

Há ainda a recomendação expressa da abolição de termos estigmatizantes como “ilegal” e “clandestino”, além da necessidade de se evitar a publicação de imagens degradantes e/ou que contribuam para a criminalização do migrante e do refugiado – as redações devem ainda eliminar a linguagem intempestiva e ações provocativas que exploram medos e incertezas na sociedade em geral.

Em relação aos formuladores de políticas, aos líderes dos organismos internacionais, aos coordenadores de organizações da sociedade e aos líderes comunitários, é recomendado o desempenho de um papel mais ativo na criação de espaço para tolerância e diálogo na discussão pública da migração. Em particular, o desempenho na promoção de atividades que envolvam to-

das as partes interessadas; na conscientização e compreensão da migração como um processo natural com raízes históricas em todas as comunidades; e no desenvolvimento urgente de novas iniciativas, tais como novas formas de financiamento público e apoio.

De forma geral, cada sociedade deve desenvolver programas de pesquisa e monitoramento de mídia – como foi feito com a Carta di Roma, e, posteriormente, com a criação de seu Observatório – em parceria com universidades, grupos de estudos e com a própria imprensa, no sentido de criar informações confiáveis e úteis sobre as condições dos migrantes e sobre o impacto da cobertura midiática na vida e na garantia de direito desses sujeitos. A sociedade deve ainda estar atenta para a criação de vozes independentes e alternativas, que sirvam para contrapor os discursos hegemônicos.

Sem dúvidas, as questões migratórias são complexas e difíceis de serem retratadas e, por vezes, na mídia, podem aparecer como tópicos polarizados de um assunto, o que gera medo por parte dos profissionais em ter de “escolher um lado” sobre a questão. A incerteza, no entanto, não contribui para uma boa cobertura.

Acreditamos, porém, que mais importante que escolher um lado, é permitir que surjam narrativas equilibradas sobre migração em ambos os lados do Mediterrâneo, por meio, sobretudo, do reconhecimento público e coletivo de migrantes e refugiados como sujeitos de direito – seja em contextos de partida, seja em contextos de chegada. Compreender o direito internacional humanitário e os direitos legais dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo é, também, promover a cultura de paz e estabilidade no mundo.

## Referências

ACNUR. *Relatório global trends*, 2017 [online]. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-mundo/>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

BOBIN, Frédéric. En Tunisie, au moins 48 migrants sont morts dans un naufrage au large de Sfax. *Le Monde Afrique* [online], 3 jun. 2018. Disponível em: <[https://www.lemonde.fr/afrique/article/2018/06/03/en-tunisie-nouveau-drame-de-migrants-au-large-de-sfax\\_5308949\\_3212.html?xtmc=migrant-s&xtcr=8](https://www.lemonde.fr/afrique/article/2018/06/03/en-tunisie-nouveau-drame-de-migrants-au-large-de-sfax_5308949_3212.html?xtmc=migrant-s&xtcr=8)>. Acesso em: 7 jun. 2018.

CASTRO, José Roberto. Qual a contribuição dos imigrantes para a economia mundial. *Nexo* [online], 30 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/12/30/Qual-a-contribui%C3%A7%C3%A3o-dos-i>

migrantes-para-a-economia-mundial>. Acesso em: 7 jun. 2018.

COGO, Denise. O outro migrante: das estratégias de midiáticação das migrações contemporâneas na mídia impressa brasileira. *Ciberlegenda* [online], 2002. Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-11. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/viewFile/285/170>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

DUMITRU, Speranta. Pourquoi les migrants économiques sont des héros. *Le Monde Afrique* [online], 4 jun. 2018. Disponível em: <[https://www.lemonde.fr/afrique/article/2018/06/04/pourquoi-les-migrants-economiques-sont-des-heros\\_5309461\\_3212.html?xtmc=migrants&xtcr=5](https://www.lemonde.fr/afrique/article/2018/06/04/pourquoi-les-migrants-economiques-sont-des-heros_5309461_3212.html?xtmc=migrants&xtcr=5)>. Acesso em: 7 jun. 2018.

ETHICAL JOURNALISM NETWORK. How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?. *EUROMED Migration/ICMPD* [online]. União Europeia, 2017. Disponível em: <[http://www.media-diversity.org/en/additional-files/Media\\_Migration\\_17\\_country\\_chapters.pdf](http://www.media-diversity.org/en/additional-files/Media_Migration_17_country_chapters.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2018.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MASERA, Anna. The Pressure has Eased, but Media Coverage still Fails to Tell the full Migration Story. In: ETHICAL JOURNALISM NETWORK. How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?. *EUROMED Migration/ICMPD* [online]. União Europeia, 2017. Disponível em: <[http://www.media-diversity.org/en/additional-files/Media\\_Migration\\_17\\_country\\_chapters.pdf](http://www.media-diversity.org/en/additional-files/Media_Migration_17_country_chapters.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2018.

MEGRELIS, Nikos. Media's Double Vision as Migrant Crisis Catches the World's Imagination. In: ETHICAL JOURNALISM NETWORK. How does the media on both sides of the Mediterranean report on migration?. *EUROMED Migration/ICMPD* [online]. União Europeia, 2017. Disponível em: <[http://www.media-diversity.org/en/additional-files/Media\\_Migration\\_17\\_country\\_chapters.pdf](http://www.media-diversity.org/en/additional-files/Media_Migration_17_country_chapters.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2018.

MINVIELLE, Regis. Relatório de Atividades de pós-doutorado, apresentado à FAPESP, em fevereiro de 2018, no âmbito do projeto 13/26116-5, *A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista*, coordenado pela Profa. Dra. Vera Telles.

MODELL, Flavia Leda. Direito civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais: dicotomia ou integração? *Revista CEJ*, v. 4, n. 10 jan./abr. 2000



[online]. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/250/520>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

*OIM. International Migration Flows to and From Selected Countries: The 2015 Revision, 2015* [online]. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/empirical2/docs/migflows2015documentation.pdf>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

UNESCO. Corrigindo mitos da mídia sobre refugiados e migrantes. *Setor de Comunicação e Informação*. Brasília, 1 jul. 2016 [online]. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/single-view/news/correc-ting\\_media\\_myths\\_about\\_refugees\\_and\\_migrants/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/single-view/news/correc-ting_media_myths_about_refugees_and_migrants/)>. Acesso em: 7 jun. 2018.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti. A construção contemporânea do refugiado e do migrante: dos benefícios da condição de vítima à repreensão do protagonismo. *Perspectiva*, v. 16, n. 1, p. 134-146, jan./abr. 2013 [online]. Disponível em: <[https://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/viewFile/1172/1110](https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/viewFile/1172/1110)> Acesso em: 7 jun. 2018.

Recebido em: 1º de setembro de 2018.

Aprovado em: 10 de outubro de 2018.

